

Enegrecer os estudos radiofônicos: escuta decolonial, epistemicídio e insurgência sonora

Blacking radio studies: decolonial listening, epistemicide, and audio insurgency

Negrificar los estudios radiofónicos: escucha decolonial, epistemicidio e insurgencia sonora

Alice de Oliveira Andrade

Resumo

Este texto propõe uma reorientação crítica dos estudos em rádio e jornalismo sonoro a partir da escuta decolonial, articulada com os conceitos de epistemicídio (Carneiro, 2005), justiça epistêmica (Smith, 2018) e arquivos insurgentes (Caswell, 2021). Por meio de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, foram pesquisadas produções acadêmicas recentes nos anais da Intercom e da Compós (2022–2024), revelando a escassez de estudos que articulem rádio, raça e jornalismo. Dialogando com autores(as) como Sueli Carneiro (2005), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2020; 2023), Audre Lorde (2020), Débora Cristina Lopez, Juliana Gobbi Betti e Marcelo Freire (2024), Frantz Fanon (2008; 2022) e Marcelo Kischinhevsky (2024), argumenta-se que essa ausência não é pontual, mas expressão de um epistemicídio estruturante. Defende-se, assim, uma escuta decolonial como caminho metodológico que reconheça saberes negros como centrais e propõe uma reconfiguração ética e política dos estudos radiofônicos.

>> Como citar este texto:

ANDRADE, Alice Oliveira de. Enegrecer os estudos radiofônicos: escuta decolonial, epistemicídio e insurgência sonora. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 16, n. 01, p. 08-36, jan./abr. 2025.

Sobre a autoria

Alice Oliveira de Andrade
andradealice@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0000-0002-9048-1893>

Professora adjunta no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Narrativas Audiovisuais e Sonoras (Jornau - UFS/CNPq). Integrante do VISU - Laboratório de Práticas e Poéticas Visuais - (UFRN/CNPq) e DESCOM - Insurgências Decoloniais, Comunicação, Artes e Humanidades (UFRN/CNPq).

O rádio é aqui compreendido como território de disputa simbólica, e a escuta, como prática de resistência e reparação histórica.

Palavras-chave: estudos radiofônicos; rádio; jornalismo sonoro; epistemicídio; escuta decolonial.

Abstract

This text proposes a critical reorientation of radio and sonic journalism studies through decolonial listening, articulated with the concepts of epistemicide (Carneiro, 2005), epistemic justice (Smith, 2018), and insurgent archives (Caswell, 2021). Through an exploratory qualitative research, recent academic productions in the proceedings of Intercom and Compós (2022–2024) were examined, revealing the scarcity of studies linking radio, race, and journalism. Engaging with authors such as Sueli Carneiro (2005), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2020; 2023), Audre Lorde (2020), Débora Cristina Lopez, Juliana Betti, and Marcelo Freire (2024), Frantz Fanon (2008; 2022), and Marcelo Kischinhevsky (2024), it is argued that this absence is not an isolated case, but an expression of a structuring epistemicide. A decolonial listening is therefore advocated, one that recognizes Black knowledge as central, and proposes an ethical and political reconfiguration of radio studies. Radio is here understood as a territory of symbolic dispute, and listening as a practice of resistance and historical reparation.

Keywords: radio studies; radio; audio journalism; epistemicide; decolonial listening.

Resumen

Este texto propone una reorientación crítica de los estudios en radio y periodismo sonoro a partir de la escucha decolonial, articulada con los conceptos de epistemicidio (Carneiro, 2005), justicia epistémica (Smith, 2018) y archivos insurgentes (Caswell, 2021). A través de una investigación exploratoria de carácter cualitativo, se investigaron producciones académicas recientes en los anales de Intercom y Compós (2022–2024), revelando la escasez de estudios que articulen radio, raza y periodismo. En diálogo con autores/as como Sueli Carneiro (2005), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2020; 2023), Audre Lorde (2020), Débora Cristina Lopez, Juliana Betti y Marcelo Freire (2024), Frantz Fanon (2008; 2022) y Marcelo Kischinhevsky (2024), se argumenta que esta ausencia no es puntual, sino una expresión de un epistemicidio estructurante. Se defiende, así, una escucha decolonial que reconozca los saberes negros como centrales y proponga una reconfiguración ética y política de los estudios radiofónicos. El radio se entiende aquí como un territorio de

disputa simbólica, y la escucha, como una práctica de resistencia y reparación histórica.

Palabras clave: estudios radiofónicos; radio; periodismo sonoro; epistemicidio; escucha decolonial.

Introdução

O rádio é, antes de tudo, um meio da escuta e da imaginação. Sua linguagem, feita de sons, silêncios e vozes, projeta imagens invisíveis no campo sensível do ouvinte (MEDITSCH, 2001; FERRARETTO, 2014). Escutar rádio é construir mentalmente corpos, rostos, lugares, emoções; é participar de uma articulação sonora que mobiliza afetos e saberes. Mas toda imagem é também escolha: se o rádio forma imagens, é preciso perguntar quais ele produz e quais ele interdita. Quais vozes são autorizadas a ocupar os microfones e quais são mantidas nas margens do espectro sonoro? Que mundo é possível imaginar quando as vozes negras e dissidentes são silenciadas ou transformadas em *ruído*? Ao mesmo tempo em que cria vínculos, o rádio também os nega. É nesse duplo movimento que se revela como um território de disputa simbólica, política e epistêmica. Este artigo parte desse incômodo: o de investigar não apenas o que pesquisa sobre o rádio brasileiro, mas sobretudo quem não se analisa – e por quê.

Afinal, quem pode ser escutado no rádio brasileiro? Quem teve suas vozes legitimadas pelas narrativas sonoras e quem foi silenciado? Essas perguntas inquietam não apenas a história do meio, mas o próprio modo como produzimos conhecimento sobre ele. Em um país marcado por profundas desigualdades raciais e sociais, o rádio, veículo que tem a proximidade como característica (FERRARETTO, 2014), não escapa das lógicas de silenciamento que moldaram a formação da esfera pública brasileira. A ausência de vozes negras, inclusive no campo do jornalismo sonoro, revela um apagamento estrutural que se manifesta tanto nos microfones quanto nas produções acadêmicas.

Apesar dos significativos avanços no campo dos estudos radiofônicos, o

debate sobre racialidade ainda é insuficiente. As grandes sínteses históricas do rádio no Brasil concentram-se em emissoras, formatos, tecnologias e figuras consagradas, quase sempre homens brancos. As experiências negras ainda são pouco tematizadas. Essa exclusão não é casual, mas estruturada por um processo que Sueli Carneiro (2005) denomina de epistemicídio, a desvalorização sistemática dos saberes produzidos por sujeitos subalternizados.

Este artigo parte da premissa de que é preciso ir além da denúncia e construir alternativas metodológicas e teóricas para enfrentar esse apagamento. A escuta decolonial, inspirada em autoras como Grada Kilomba (2019), bell hooks (2020) e Linda Tuhiwai Smith (2018), é compreendida aqui não como técnica, mas como gesto político e um movimento antirracista. Escutar, em uma lógica decolonial, é reconhecer vozes historicamente silenciadas e disputar os modos de produção de memória e conhecimento. É, como propõe Frantz Fanon (2008), um caminho para a reumanização dos sujeitos negros no campo simbólico.

Para tanto, realizamos um exercício inicial de mapeamento exploratório da produção científica sobre rádio e raça nem dois dos principais eventos da área: o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom e o Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos da Compós, no recorte temporal entre 2022 e 2024. O levantamento demonstrou a escassez de estudos voltados à atuação de jornalistas negros no rádio e à tematização da negritude no jornalismo sonoro. A metodologia, inspirada em Kischinhevsky et al. (2018) e em Bonin (2008), combina uma perspectiva bibliométrica e leitura crítica com base em lentes interseccionais e decoloniais.

Ao longo do texto, articulamos aportes teóricos de autores como Sueli Carneiro (2005), Grada Kilomba (2019), Audre Lorde (2020), Débora Cristina Lopez, Juliana Gobbi Betti e Marcelo Freire (2024), Frantz Fanon (2008; 2022), Marcelo Kischinhevsky (2024), entre outros. Nossa intenção é contribuir com o campo dos estudos radiofônicos a partir de uma perspectiva plural, comprometida com a justiça epistemológica e com a valorização das vozes

historicamente silenciadas.

O percurso reflexivo também se sustenta nas proposições de bell hooks (2020;2023), que compreende a fala e a escuta como práticas profundamente políticas, atravessadas por relações de poder, exclusão e possibilidade. Para a autora, romper com o silêncio imposto às pessoas negras não é apenas um gesto de expressão, mas um ato de resistência e cura. Sua crítica à estrutura colonial do saber ecoa neste trabalho ao defender que não se trata apenas de incluir vozes antes silenciadas, mas de transformar as bases sobre as quais decidimos quem pode falar, quem pode ser escutado e o que é considerado conhecimento válido (CARNEIRO, 2005). Escutar vozes negras no rádio e na pesquisa, portanto, é mais do que resgatar presenças apagadas: é disputar sentidos (BORGES, 2012), reconfigurar a escuta como ética e afetividade e construir uma prática comunicacional comprometida com a libertação e a dignidade.

Dividido em três seções principais, o artigo inicia com uma contextualização metodológica e analítica sobre a invisibilidade da presença negra nos estudos radiofônicos. Em seguida, desenvolve a crítica ao epistemicídio e apresenta a escuta decolonial como possibilidade metodológica de reconfiguração ética e política do campo. Por fim, nas considerações finais, reafirma-se a urgência de práticas investigativas comprometidas com a justiça epistêmica e com a reparação simbólica das vozes negras nos estudos radiofônicos brasileiros.

Percurso metodológico: debates em estudos radiofônicos e seus silêncios estruturais

A invisibilidade da presença negra no rádio brasileiro, sobretudo no campo do jornalismo, não se restringe à prática profissional. Ela se reflete também na produção acadêmica, como demonstram os resultados do exercício bibliométrico realizado para este texto. Inspirada na metodologia empregada por Kischinhevsky et al. (2018) em sua pesquisa sobre o rádio universitário, este trabalho objetivou mapear produções recentes no formato de artigo científico

que se dediquem a estudar a atuação de jornalistas negros e negras no rádio brasileiro, tendo como foco dois dos repositórios mais representativos do campo: os anais do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom e do Grupo de Trabalho Estudos Radiofônicos da Compós.

A busca utilizou como palavras-chave as expressões “raça”, “representatividade”, “presença negra no rádio”, “jornalismo negro”, “jornalismo antirracista”, “jornalistas negros no rádio”, “representação racial no rádio” e “rádio e negritude”, aplicadas a títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos. Os critérios de inclusão consideraram publicações no triênio entre 2022 e 2024, com foco explícito na relação entre raça e atuação profissional no rádio brasileiro, principalmente no jornalismo. Foram excluídos trabalhos cuja abordagem fosse limitada à música negra no rádio ou a manifestações culturais sem interface com o jornalismo e a produção informativa, bem como a textos que trabalhavam especificamente com temáticas voltadas à representatividade de gênero.

Os resultados apontam para uma escassez significativa de produções acadêmicas que articulem os estudos radiofônicos com a questão racial. Identificou-se, entre os anais da Intercom, que os estudos mais recentes voltados à diversidade se dedicam majoritariamente à análise de gênero ou de trajetórias individuais de mulheres no rádio, sem interseção com a racialidade. No GT de Estudos Radiofônicos da Compós, nenhum trabalho apresentado entre 2022 e 2024 tematizou a atuação de jornalistas negros no rádio ou jornalismo sonoro, nem sobre a agenda étnico-racial no contexto radiofônico analógico ou expandido.

O percurso metodológico desta reflexão envolve uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa exploratória. Para Bonin (2008), trata-se de um movimento investigativo voltado à aproximação inicial com objetos empíricos que se apresentam como móveis, nômades e de contornos difusos (LOPES, 2006). Nesse sentido, não busca conclusões definitivas ou hipóteses testáveis em um primeiro momento, mas sim abrir caminhos de investigação por meio de aproximações sucessivas, multianguladas e sensíveis à complexidade

dos fenômenos comunicacionais.

Aplicado ao presente texto, o entendimento da pesquisa exploratória (BONIN, 2008) é fundamental. Quando propomos um mapeamento da questão étnico-racial nos estudos radiofônicos jornalísticos, o estudo parte do reconhecimento de que esse objeto é, por si só, pouco visível nos registros acadêmicos, subrepresentado nos espaços midiáticos e carente de delimitação empírica consolidada. Assim, a estratégia metodológica adotada, que inclui levantamento bibliográfico, análise de anais de eventos científicos e leitura crítica de artigos que tangenciam o tema, constitui um exercício exploratório que visa desnaturalizar silêncios e identificar pistas relevantes para a construção do problema de pesquisa, a partir da lógica de Kilomba (2019).

A abordagem exploratória adotada permite estranhar o campo e enxergar a ausência como um dado empírico significativo (GOMES, 2017), que informa tanto sobre os limites da produção científica quanto sobre as estruturas de exclusão que atravessam a constituição da memória radiofônica no Brasil. Além disso, esse tipo de investigação favorece o uso de múltiplas entradas analíticas – historiográficas, epistêmicas e bibliométricas – compondo um arranjo metodológico coerente com os pressupostos de uma crítica decolonial e comprometida com a justiça epistêmica que desaprisione (hooks, 2020).

Intercom

Com base na análise dos anais da Intercom de 2023, foi identificado o artigo de Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado *Prazeres entre batuques e pincéis: o samba e a pintura de Heitor dos Prazeres no rádio, nos discos e nas exposições de arte*¹. Embora não aborde diretamente o jornalismo, o estudo estabelece conexões relevantes entre o rádio e questões raciais, por meio da análise da trajetória de

1

Disponível

em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0813202313224664d90356547c1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

Heitor dos Prazeres – artista negro de destaque na cena cultural brasileira das primeiras décadas do século XX, atuante tanto na música quanto nas artes visuais.

A autora investiga como a produção musical e pictórica de Prazeres, disseminada por meio do rádio, dos discos e das exposições de arte, contribuiu para a construção de representações sobre uma suposta identidade coletiva nacional ancorada nas práticas culturais populares urbanas (VIANNA, 2023). Com base em uma abordagem benjaminiana e em referências como Muniz Sodré, o artigo compreende o documentário Heitor dos Prazeres (1965), de Antônio Carlos da Fontoura, como um relicário de memórias e experiências do artista.

Ainda que não trate do rádio jornalístico ou da atuação de profissionais negros na mídia informativa, a pesquisa contribui para os estudos radiofônicos ao evidenciar o papel do rádio na mediação simbólica da negritude e da cultura popular. A presença desse trabalho nos anais da Intercom reforça, por um lado, o potencial da mídia sonora como objeto de análise racializada e, por outro, a carência de investigações voltadas à atuação de jornalistas negros no rádio brasileiro.

Já no mapeamento realizado por Moreira, Popp e Siqueira (2024), publicado nos anais da Intercom², observa-se que as produções do Grupo de Pesquisa (GP) Rádio e Mídia Sonora da Intercom, no período de 2014 a 2023, estão distribuídas nos seguintes eixos temáticos: Tecnologia e Transformações do Rádio, Radiojornalismo e Informação, Radiodifusão Pública e Comunidade, Linguagem Radiofônica e Narrativa Sonora, História e Memória do Rádio, Podcast e Novas Mídias, Mídias Sociais e Interatividade, Educação e Comunicação, Outras Temáticas, Cultura e Identidade, Gênero e Representação. Contudo, chama atenção o fato de que, nos três últimos eixos mencionados –

2

Disponível

em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/17/1007202423413667049be0cf674.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

justamente aqueles onde se esperaria maior sensibilidade para questões de diversidade – a temática racial não aparece na descrição das autoras.

Segundo a pesquisa (MOREIRA; POPP; SIQUEIRA, 2024), os trabalhos voltados à identidade e representação tratam, majoritariamente, de questões igualmente relevantes como gênero, excluindo o debate sobre raça ou interseccionalidades. Além disso, tópicos como Economia da Comunicação, Legislação e Políticas Públicas, Estudos de Recepção e Metodologias de Pesquisa também se destacam como recorrentes (MOREIRA; POPP; SIQUEIRA, 2024), mas igualmente descolados de uma perspectiva racializada. A baixa frequência de abordagens sobre racialidade reforça a tese de que o apagamento da presença negra no rádio não é apenas um fenômeno histórico e institucional em nossa sociedade, mas também epistemológico, manifestando-se nos próprios campos de investigação da academia brasileira (CARNEIRO, 2005).

Sobre produções em anais da Intercom que abordem diversidade durante o triênio observado, destaca-se o artigo *Trajectoria das pesquisadoras do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom no rádio*³, de Izani Mustafá, Kátia Fraga e Nayane Brito, publicado nos anais da Intercom, que realiza um importante mapeamento da atuação de mulheres vinculadas ao Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora do congresso com experiência profissional em emissoras de rádio. A pesquisa, ao articular dados da lista de discussão do grupo com os currículos Lattes das integrantes, constrói um panorama sobre a presença feminina tanto no exercício da prática radiofônica quanto na produção acadêmica sobre o meio (MUSTAFÁ; FRAGA; BRITO, 2024).

Embora o recorte do estudo esteja centrado na dimensão de gênero, o que já representa um avanço importante no reconhecimento de trajetórias frequentemente invisibilizadas, observa-se que a questão racial não é um elemento da proposta. Reforça-se a necessidade de investigações

3

Disponível

em:

<https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/0714202420220766945d9f9d8e3.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

complementares que considerem também os marcadores raciais, especialmente em um campo de estudos ainda carente de análises interseccionais.

Compós

No recorte temporal analisado, não foram localizados artigos que abordem diretamente a questão racial nos anais da Compós, especificamente no âmbito dos estudos radiofônicos. Vale destacar que, em 2022, o Grupo de Trabalho (GT) de Estudos Radiofônicos ainda não havia sido instituído no congresso, passando a integrar oficialmente a programação da Compós apenas a partir de 2023. Mesmo com a formalização do GT, a produção apresentada nos anais de 2023 e 2024 não inclui, até o momento (abril de 2025), trabalhos dedicados exclusivamente à análise da presença negra no rádio brasileiro, tampouco à atuação de jornalistas negros no meio.

Em 2024, contudo, destaca-se o artigo *Epistemologias dos estudos radiofônicos: construir a pesquisa com lentes plurais*⁴, de Débora Cristina Lopez, Juliana Cristina Gobbi Betti e Marcelo Freire, como uma contribuição importante no estímulo à diversificação epistemológica no campo. Embora não realize uma análise empírica sobre a presença racial no rádio, o texto explicita o incômodo dos autores diante da baixa diversidade epistemológica nos estudos da área, com ênfase na ausência de abordagens voltadas às questões de raça e interseccionalidades. Ao defender a quebra do pacto narcísico da academia e o enfrentamento das violências simbólicas do campo científico, os autores chamam atenção para a urgência de incorporar perspectivas plurais nos estudos sobre rádio, reconhecendo os limites de uma abordagem eurocêntrica e hegemônica (LOPEZ; BETTI; FREIRE, 2024).

Os autores apontam de forma crítica para os mecanismos de exclusão que atuam na produção do conhecimento sobre o meio. Ao mesmo tempo, reconhecem seus próprios lugares de privilégio no campo e afirmam a

⁴ Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/epistemologias-dos-estudos-radiofonicos-construir-a-pesquisa-com-lentes-plurais>. Acesso em: 30 mar. 2025.

necessidade de romper hierarquias históricas, ampliar os sujeitos legitimados a produzir ciência e escutar vozes até então subalternizadas (LOPEZ; BETTI; FREIRE, 2024). A defesa explícita de epistemologias plurais, aliada à proposição de caminhos futuros interseccionais, representa um avanço significativo e necessário na construção de uma historiografia radiofônica mais justa, diversa e comprometida com a inclusão de vozes historicamente marginalizadas.

A persistência do apagamento nas pesquisas acadêmicas

Como argumenta Kischinhevsky et al. (2018), o campo da historiografia do rádio no Brasil apresenta zonas de silêncio, frequentemente associadas a categorias e práticas que escapam às lógicas institucionais dominantes. No caso da presença negra, esse silêncio é estruturado por um processo histórico de exclusão epistêmica que afeta tanto a prática profissional quanto a construção dos objetos de pesquisa (KILOMBA, 2019; CARNEIRO, 2005).

Nos termos de Kilomba (2019), os centros acadêmicos são espaços embranquecidos na lógica eurocêntrica, com lugares de fala bem delimitados a grupos privilegiados e com uma construção sólida de uma *outridade* subalternizada. A autora observa que, como acadêmica negra, é comum que seu trabalho sobre o racismo cotidiano seja considerado interessante, mas não plenamente científico. Esse tipo de reação revela o funcionamento da ordem colonial que estrutura o espaço acadêmico – e a Comunicação não está imune a essa lógica – em que o saber produzido por intelectuais negras e negros é frequentemente deslegitimado por ser considerado subjetivo, pessoal, emocional ou específico demais; e, por isso, questionado quanto à sua objetividade.

Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (KILOMBA, 2019, p.51-52).

O exercício de sistematização feito aqui contribui para a problemática central deste artigo ao demonstrar empiricamente que a presença negra no rádio, particularmente no campo jornalístico, segue sub-representada tanto nos microfones quanto nos arquivos acadêmicos. Esse apagamento não deve ser compreendido como algo pontual, mas como uma consequência da própria estrutura de produção de conhecimento no campo da Comunicação, ainda fortemente marcada por uma escuta que desconsidera as vozes racializadas como fontes legítimas de saber e memória (CARNEIRO, 2005; KILOMBA, 2019).

Assim como no caso das rádios universitárias, cuja delimitação institucional ainda desafia a categorização normativa (KISCHINHEVSKY et al., 2018), a pesquisa sobre rádio e questões étnico-raciais no Brasil carece de consolidação teórica, metodológica e institucional. Romper com essa lógica é um movimento de resistência epistêmica que vem sendo operado em diversas áreas no campo da Comunicação. Afinal, “a representação importa, e a diversidade de narrativas e vozes é a chave para que não se reiterem estereótipos sobre grupos minoritários ou minorizados” (KISCHINHEVSKY, 2024, p.91).

Para superar essa ausência, torna-se necessário não apenas fomentar novas pesquisas sobre a presença negra no rádio e no jornalismo sonoro, mas também construir abordagens metodológicas comprometidas com epistemologias que valorizem a oralidade, a memória comunitária e os modos outros de narrar a história, como propuseram Lopez e Oliveira-Lopes (2024) com a análise do discurso sonoro; ou Lopez, Betti e Freire (2024) com as epistemologias plurais.

É perceptível que a historiografia do rádio brasileiro foi, por muito tempo, moldada por perspectivas institucionalistas e centradas em grandes emissoras, nomes consagrados e marcos tecnológicos. Embora importantes para a compreensão sobre as práticas de mercado, se tivermos apenas essas abordagens, invisibilizam-se práticas comunicacionais que escapam da lógica hegemônica de produção. Essa ausência não é apenas uma lacuna, mas um sintoma de um racismo epistêmico que estrutura a produção do saber. Conforme

apontam Caroline e Deus (2023, p.169), no contexto do rádio brasileiro:

As lacunas históricas associadas ao racismo reforçam a invisibilização de vínculos sociais e contratos de leitura em relação entre a mulher negra e o rádio brasileiro, sobretudo o meio comercial. Assim como acontece em outras esferas, o racismo afasta a participação da negritude também nos meios de Comunicação e neste caso o rádio.

Para as autoras, a “não-presença” de mulheres negras no rádio, por exemplo, não se refere apenas à exclusão física, mas à negação de sua agência cultural e comunicativa como sujeitos históricos. O artigo “Macacas de auditório” (WERNECK, 2013), publicado no portal Geledés, mostra como mulheres negras foram relegadas, historicamente, ao papel de espectadoras barulhentas e estigmatizadas nos auditórios das rádios. Essa imagem atravessou o tempo e consolidou-se como uma forma perversa de representação racializada: a mulher negra como corpo sem voz, cuja presença era tolerada apenas na plateia, não nos microfones. Como reforça Werneck (2013), essa designação desumaniza e reforça a lógica do não pertencimento.

O texto expõe como, mesmo em espaços de aparente inclusão, como os auditórios de programas radiofônicos e televisivos, mulheres negras foram relegadas a posições de presença ruidosa, mas não enunciativa. A expressão “macaca de auditório”, usada de forma pejorativa e racista, revela um imaginário construído a partir da animalização e da marginalização de seus corpos, que eram permitidos como figurantes da festa, mas excluídos do protagonismo narrativo. Tal representação reforça a lógica descrita neste texto, segundo a qual a exclusão de vozes negras no rádio não ocorre apenas pela ausência física, mas também por sua presença desqualificada ou hipervisibilizada sob estigmas e estereótipos construídos ao longo da história e cultura brasileira (GONZÁLEZ, 1989).

Ao identificar corpos negros como ruído e não como fala, os meios de comunicação contribuíram para consolidar um modelo de escuta racialmente hierarquizado. Essa crítica dialoga com as noções de desumanização e objetificação presentes em Fanon (2008) e encontra eco na proposição de uma

escuta decolonial, sobre a qual discutiremos no próximo tópico, que reivindica a reconfiguração dos espaços de fala e o reconhecimento da mulher negra como sujeito comunicante.

Quando Audre Lorde (2020) incentiva pessoas negras a transformar o silêncio em linguagem e ação, ela propõe um movimento de ruptura com os rastros da colonialidade que ainda aprisionam corpos racializados. O jornalismo, enquanto expressão das práticas sociais, pode ter um papel central nesse processo, pois se a mídia faz parte da textura geral da experiência humana (Silverstone, 2002), contribui também para a formação de imaginários – que podem libertar ou subalternizar.

Ao abordarmos o rádio em contexto digital, a PodPesquisa 2024/2025 revela uma demografia preocupante na produção de podcasts. Dos produtores que responderam à pesquisa, apenas 8,62% se autodeclararam pretos, sendo que 70,11% se declaram brancos, reforçando a hegemonia da branquitude também nesse campo sonoro contemporâneo. A sub-representação se reflete tanto na autoria quanto no acesso a recursos de monetização, divulgação e profissionalização.

A pretensa neutralidade dos relatos históricos e dos estudos de mídia precisa ser questionada. A ausência de sujeitos negros, especialmente mulheres negras, nas narrativas do rádio não é uma falha casual, mas o reflexo de um projeto histórico de exclusão, um rastro da colonialidade que perdura no tempo presente (QUIJANO, 2005). Romper com essa lógica exige deslocar o olhar, ouvir os silêncios e incorporar outros métodos e epistemologias – como a história oral, os arquivos comunitários e a escuta como gesto político. Só assim será possível construir uma historiografia do rádio que esteja comprometida com a diversidade e a justiça epistêmica.

Contra o silêncio arquivado: escuta decolonial, epistemicídio e insurgência sonora

A ausência de sujeitos negros na historiografia do rádio não é meramente

um problema de documentação, mas resultado direto do que Carneiro (2005) denomina de epistemicídio: a destruição e invalidação sistemática de saberes produzidos por grupos subalternizados, em especial, os saberes produzidos por pessoas negras, indígenas, mulheres e demais sujeitos fora da norma eurocêntrica e patriarcal que hegemoniza o pensamento ocidental.

Para Carneiro (2005), o epistemicídio é parte constitutiva do racismo estrutural; ele atua não apenas na exclusão social e econômica, mas também na exclusão simbólica e epistêmica, ao definir quem tem o direito de saber, de ensinar e de produzir conhecimento válido. Manifesta-se na ausência desses sujeitos nos cânones acadêmicos, nas bibliografias oficiais, nos espaços de enunciação científica e nos processos de validação do saber. Na perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017), não basta incluir negros nos espaços acadêmicos, é preciso incluir os saberes negros – e isso também vale para as pesquisas no campo radiofônico. Nos estudos da Comunicação, o epistemicídio se expressa na valorização de metodologias ocidentais, positivistas e “neutras”, que não reconhecem como legítimos os saberes oriundos da oralidade, da ancestralidade ou da experiência. Em outras palavras, não se trata apenas de quem é ouvido, mas também de quem escuta – e como escuta.

A escuta, nos estudos de rádio, frequentemente aparece como uma categoria técnica relacionada à recepção ou ao *design* sonoro. No entanto, seguindo a lógica de epistemologias negras e decoloniais, propõe-se aqui compreender a escuta como uma prática ética, política e metodológica, em que o silêncio e o silenciamento são revertidos em linguagem e ação, conforme aponta Lorde (2020). O que está em jogo não é apenas captar sons, mas reconhecer vozes historicamente silenciadas. Escutar, nesse contexto, é um gesto de reparação, de acolhimento e de validação de outras formas de estar no mundo.

Tendo em vista que, assim como muitas áreas da sociedade, a academia também precisa olhar para quem está olhando, uma vez que, conforme foi possível ver, o campo científico também tem responsabilidade nesse problema, uma vez que os grandes pesquisadores do campo continuam

replicando práticas de invisibilização de mulheres negras em muitos setores (CAROLINE; DEUS, 2023, p.170).

Além disso, quando bell hooks (2023, p.27) afirma que “a cura acontece dentro de nós quando falamos a verdade da nossa vida”, ela nos convida a reconhecer a potência transformadora das experiências subjetivas como fonte legítima de saber. Nesse sentido, o jornalismo sonoro prático e acadêmico pode e deve ser reposicionado como um território estratégico para a agenda antirracista, não apenas pela denúncia das desigualdades, mas pela valorização de vozes que produzem sentidos outros sobre o mundo. Incorporar essas vozes como protagonistas da notícia, e não como *objeto*⁵, exige uma revisão ética, estética e política das práticas jornalísticas.

Muniz Sodré (2014) aponta que a comunicação é, antes de tudo, uma tecnologia de vínculo. Escutar é criar vínculo. Quando o rádio, enquanto campo e atividade, ignora as vozes negras, rompe-se a possibilidade de identificação, pertença e reconhecimento para grande parte da população brasileira. Por isso, escutar sujeitos negros no rádio (sejam locutores, produtores, ouvintes ou fontes de pesquisa) é mais que um ato técnico, é um reposicionamento epistemológico e político.

A tradição africana e afro-diaspórica valoriza a oralidade como forma legítima de transmissão de conhecimento (ASANTE, 1980). Isso desafia os critérios ocidentais de “prova” documental e aponta para a importância de se ouvir as histórias contadas nas bordas, nas comunidades, nos saberes populares. A oralidade, nesse sentido, não é apenas uma possibilidade metodológica, mas uma estratégia de resistência. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre como os saberes negros se articulam historicamente, inclusive no rádio, cuja potência como mídia oral encontra ressonância com essas epistemologias ancestrais.

Nesse caminho, a partir de uma perspectiva crítica e interseccional,

⁵ Observando-se, inclusive, a inadequação histórica e cultural de utilizar esse termo em contextos empíricos de pesquisa que contemplem pessoas negras.

Caswell (2021) propõe uma ruptura com as abordagens tradicionais dos estudos arquivísticos ao argumentar que a simples diversificação de acervos ou a inclusão de descrições mais representativas não são suficientes para desestabilizar as estruturas de poder que sustentam o racismo, o patriarcado e a colonialidade nos arquivos. A autora insere-se no campo dos estudos arquivísticos críticos para demonstrar como as práticas arquivísticas ocidentais, longe de neutras, foram desenhadas para reproduzir formas de exclusão e silenciamento.

Com base em mais de uma década de etnografia em arquivos comunitários, Caswell (2021) evidencia que membros de comunidades minorizadas têm ativado documentos e memórias para construir solidariedades, questionar narrativas lineares de progresso e romper com os ciclos de opressão. Ao invés de tratar o arquivo como espaço voltado unicamente à preservação do passado, a autora propõe compreendê-lo como um território político em disputa no presente, onde a memória pode ser mobilizada como prática de resistência e libertação.

Essa concepção de arquivo como prática de memória libertadora ressoa diretamente com a proposta deste artigo, pois a escuta decolonial aqui defendida busca, à semelhança da proposta de Caswell (2021), não apenas “incluir” vozes negras nos registros já estabelecidos, mas transformar os próprios critérios do que se entende como narrativa legítima, memória institucional e documento histórico. O reconhecimento dos saberes produzidos nas margens, a valorização de arquivos sonoros vindos desses sujeitos e a mobilização da memória oral configuram-se como estratégias que rompem com o epistemicídio e também ativam o presente como espaço de luta e produção de conhecimento. Tal como propõe Caswell (2021), trata-se de deslocar o foco do passado para as possibilidades de transformação no agora, por meio de práticas de memória insurgentes e coletivas.

Mesmo não sendo possível escapar ao bombardeamento da mentalidade colonizadora ao qual estamos expostos todos os dias, podemos desenvolver um

pensamento crítico quanto a esse contexto e buscar formas de transgredir e transformar (hooks, 2020). Se as pesquisas comunicacionais no Brasil têm sido marcadas por lacunas que excluem sistematicamente sujeitos negros, sobretudo mulheres negras, é preciso pensar não apenas em denunciar essas ausências (GOMES, 2017), mas em construir meios efetivos de reparação.

Reparar, aqui, não significa apenas “incluir” nomes esquecidos nos relatos já consolidados, mas sim **reorganizar os próprios fundamentos do campo historiográfico**, questionando as hierarquias de saber e o que se entende como fonte legítima, referencial empírico de pesquisa e voz autorizada. Como González (1984) escreveu, se as pessoas negras foram colocadas na lata de lixo da história, a partir de então o lixo vai insurgir e começar a falar.

No contexto das pesquisas em rádio e jornalismo sonoro, essa dinâmica pode oferecer um caminho potente para repensar tanto os objetos quanto os métodos da área. Desenvolver essas ideias implica deslocar o foco das investigações para além das emissoras tradicionais e seus produtos canônicos, abrindo espaço para analisar experiências sonoras produzidas por coletivos, rádios comunitárias, podcasts independentes e outras formas de comunicação insurgente, especialmente aquelas oriundas de territórios racializados e periféricos.

Precisamos desenvolver um compromisso com a transformação epistemológica do campo, reconhecendo as desigualdades estruturais que moldam o acesso à fala pública e à escuta institucionalizada. Os estudos em rádio e jornalismo sonoro podem atuar como ferramentas de reparação histórica e de ampliação do repertório comunicacional, ao posicionar a escuta como prática ética e política, e o som como território de disputa por visibilidade, memória e agência.

Em outros termos, adotar epistemologias negras e decoloniais exige deslocar o centro da análise e, sobretudo, mudar a posição do pesquisador. Não se trata de falar *sobre* as pessoas negras no rádio como “objeto”, mas de construir conhecimento *com* elas, reconhecendo suas estratégias de existência,

suas memórias e seus saberes, visto que, enquanto sociedade, nossa própria história foi fundada por mãos negras (NASCIMENTO, 2021).

A reparação historiográfica no campo dos estudos radiofônicos exige mais do que a inclusão pontual de sujeitos historicamente excluídos. Trata-se de um projeto mais amplo, que requer uma mudança profunda nas formas como conhecemos, pesquisamos, narramos e escutamos. Essa mudança epistemológica está diretamente ligada ao que autores como Walter Mignolo (2003; 2010) e Catherine Walsh (2005) chamam de pensamento decolonial: uma crítica aos fundamentos coloniais da modernidade, que operam não apenas na dominação política e econômica, mas também no modo como o conhecimento é produzido, validado e difundido.

Sob essa perspectiva, o rádio, enquanto tecnologia de escuta e forma de produção simbólica, não é neutro. Ele carrega as marcas da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005), expressas, por exemplo, na centralidade das vozes brancas, urbanas, masculinas e letradas nas narrativas sonoras legitimadas. A escuta decolonial propõe romper com essa lógica. Em vez de continuar a reforçar os cânones, ela exige a disposição para ouvir o que foi historicamente considerado ruído, excesso ou desvio: as vozes negras, femininas, periféricas, indígenas, LGBTQIAP+, dissidentes.

Essa escuta implica também repensar os próprios critérios de autoridade e legitimidade nos estudos acadêmicos. O que se considera “fonte confiável”? Que tipo de fala é aceita como argumento? Quais vozes são tratadas como objeto, e quais como sujeito do saber? Nesse sentido, o rádio, bem como o jornalismo sonoro, podem ser um território fértil para a decolonialidade, justamente por sua natureza relacional, afetiva e oral, características que se alinham com formas de saber não-coloniais, frequentemente baseadas na experiência, na ancestralidade e na coletividade.

A justiça epistêmica de que tratamos aqui, inspirada em autoras como Linda Tuhiwai Smith (2018) e bell hooks (2020), não se limita ao reconhecimento da diversidade. Ela exige a redistribuição dos poderes de enunciação e escuta.

Na dimensão prática, isso significa que não basta criar programas sobre negritude no rádio; é preciso garantir que pessoas negras estejam no microfone, na pauta, na pesquisa, na curadoria, na escuta, na crítica e no arquivo. A reparação, portanto, só será completa quando as epistemologias negras forem tratadas não como complemento exótico ao saber hegemônico, mas como saberes centrais, fundantes e transformadores.

Recorremos ao alerta de Frantz Fanon (2022) sobre o processo colonial não apenas oprimir economicamente, mas desumanizar o sujeito colonizado ao ponto de desfigurar sua linguagem, seu corpo e sua consciência. A colonização no contexto sonoro, embora pouco abordada nas leituras acadêmicas convencionais, é central nesse processo: ela define quem pode falar, quem pode ser escutado, e em que termos essa escuta é possível. O rádio, enquanto tecnologia de enunciação pública, operou e ainda opera dentro dessas dinâmicas de poder, muitas vezes reproduzindo a lógica de um "ouvir colonial" que legitima certas vozes e silencia outras.

Fanon (2022) nos oferece, assim, um caminho para compreender a escuta como campo de disputa. Na história do rádio brasileiro, a padronização das vozes, a preferência por sotaques "neutros" e a exclusão de falas marcadas racialmente fazem parte de um projeto cujos rastros coloniais são nítidos. Ser escutado, nesse contexto, exige mascarar a negritude, seja na linguagem, na performance, na agenda ou na narrativa. Fanon (2008) diria que é preciso vestir uma máscara branca para poder falar em espaços estruturados pela branquitude. Mas, como o autor também aponta, é uma máscara sufocante.

O gesto de escutar vozes negras no rádio, especialmente aquelas que foram historicamente invisibilizadas ou convertidas em ruído, é, portanto, um ato de ruptura. É, como diria Fanon (2022), o início de uma reumanização: um processo em que o sujeito colonizado retoma sua palavra, sua história e seu direito de nomear o mundo. Trata-se de deslocar o foco da escuta de uma passividade técnica para uma atitude política, capaz de reconhecer não apenas sons, mas presenças e resistências.

Essa escuta radical, inspirada por Fanon, é essencialmente decolonial. Ela exige que o pesquisador, o historiador e o comunicador rompam com o pacto da neutralidade, e se comprometam com uma escuta implicada, comprometida, insurgente. Escutar, nesse sentido, é também se colocar em desconforto, desmontar as hierarquias do saber e reconstituir o campo da comunicação a partir daqueles que foram feitos para não ser ouvidos. Em diálogo, Lorde (2020, p.54), aponta:

Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo.

Fanon (2008), ainda, nos convida a imaginar uma escuta que não seja filtrada pelas máscaras do colonizador, mas que parta do reconhecimento da dor, da ausência e da potência. Reescrever a história do rádio, à luz de sua obra, não é apenas recontar fatos omitidos; é restituir humanidade onde ela foi negada, e som onde só havia silêncio forçado.

Nesse sentido, a escuta decolonial no campo radiofônico implica também um reposicionamento político do/a pesquisador/a. Não se trata apenas de estudar o outro, mas de rever as próprias escutas, silêncios, privilégios e ausências. Ao adotarmos esse compromisso, deslocamos o foco da pesquisa de um suposto “objeto” (a mulher negra, o radialista periférico, o ouvinte marginalizado) para uma crítica do sistema que os torna invisíveis. E é aí que o rádio, como meio, e a escuta, como prática, tornam-se instrumentos poderosos de transformação epistemológica.

Propõe-se aqui, por conseguinte, a ampliação do campo dos estudos radiofônicos por meio de práticas de escuta decolonial: aquelas que acolhem vozes historicamente silenciadas, mas também transformam os critérios de validação do saber, rompem pactos de neutralidade e deslocam o pesquisador de uma posição de distanciamento para um lugar de implicação ética e política.

Pois, como afirma Lorde (2020), mobilizar a subjetividade e os sentimentos pode ser uma ferramenta política importante para indivíduos racializados.

É necessário romper com as representações cristalizadas da população negra, intervindo criticamente nas narrativas já estabelecidas também por meio da linguagem sonora e dos estudos radiofônicos. Edificar outras imagens desse grupo racial, de maneira multiperspectiva, é uma forma de libertá-lo das prisões simbólicas que historicamente o restringem no imaginário social (BORGES, 2012). O que está em jogo, portanto, para além de contar uma outra história do rádio, é reimaginá-lo como campo de disputa e possibilidade.

A reconfiguração dos estudos radiofônicos depende de uma disposição coletiva para ouvir não apenas o som das vozes negras, mas os ecos de suas ausências nos arquivos, nas programações, nas pesquisas e nas bibliografias. Como analisa Kischinhevsky (2024, p.97), “a representação de outras vozes, fora do velho padrão radiofônico, é um caminho poderoso para a formação de vínculos afetivos, para a construção de comunidades organizadas em torno do áudio e para a própria afirmação de identidades individuais e coletivas”. Trata-se de entender que, para além de ser um elemento fundamental da própria linguagem radiofônica, escutar também é uma forma de resistência e preservação histórica.

Considerações finais

A partir da provocação central de que a ausência de vozes negras nos estudos do rádio brasileiro, especificamente em anais de congressos, não é apenas uma lacuna, mas um efeito do epistemicídio que estrutura a produção do saber no país, este artigo buscou tensionar as bases teóricas e metodológicas dos estudos radiofônicos, com ênfase no campo do jornalismo sonoro. Amparado por epistemologias negras e decoloniais (ASANTE, 1980; BORGES, 2012; CARNEIRO, 2005; FANON, 2008; GOMES, 2017; GONZÁLEZ, 1984; hooks, 2020; KILOMBA, 2019; MGNOLO, 2010; QUIJANO, 2005; SMITH, 2018; WALSH, 2005), propôs-se aqui uma escuta decolonial crítica, ética e política, capaz de

desestabilizar as hierarquias de legitimidade que silenciam sujeitos racializados e suas formas de produzir conhecimento, memória e linguagem.

Ao longo do percurso argumentativo e ensaístico, evidenciou-se que o apagamento de questões raciais do rádio e da pesquisa na área não é uma exceção, mas uma regra estruturante do modo como se constitui a ciência brasileira. Inspirando-se na crítica de Michelle Caswell (2021) à neutralidade arquivística e na proposta de Frantz Fanon (2022) de reumanização por meio da retomada da linguagem, o texto defende que a escuta precisa ser compreendida não apenas como um ato técnico, mas como um gesto de reparação histórica. Assim, propõe-se uma abordagem que vá além da inclusão pontual de sujeitos silenciados, defendendo a reestruturação das bases epistemológicas do campo – da seleção de agendas de pesquisa à construção das narrativas – com atenção às experiências de quem historicamente foi ouvido apenas como ruído.

A seção final sintetiza o convite feito ao longo deste trabalho: romper com as lógicas que historicamente invisibilizaram sujeitos negros no rádio e na pesquisa acadêmica, reconhecendo suas vozes não como exceções, mas como centrais na construção de um outro projeto de ciência e de jornalismo sonoro. Trata-se, portanto, de transformar a escuta em território de luta, de memória e de criação de futuro – um futuro em que as vozes outrora silenciadas não apenas sejam ouvidas, mas escutadas em toda sua complexidade, densidade e potência.

Percebemos, ao longo da reflexão, que esses silenciamentos não se dão apenas no campo da produção radiofônica, mas atravessam também as práticas acadêmicas, os acervos, os cânones e os modos de escuta consagrados no campo dos estudos de mídia sonora. Partindo de uma crítica ao racismo epistêmico presente na constituição da memória radiofônica, propusemos uma virada teórico-metodológica baseada em epistemologias negras e decoloniais.

A invisibilidade das vozes negras no rádio brasileiro, como mostram os estudos de Caroline e Deus (2023), não pode ser entendida como mera ausência. Ela é efeito de um processo ativo de exclusão que envolve raça, gênero e poder. Esse processo molda tanto a produção midiática quanto a produção de

conhecimento, e, por isso, qualquer tentativa de reparação exige uma atuação simultânea nas esferas cultural, institucional e acadêmica.

Entendemos, no entanto, as limitações metodológicas deste estudo, uma vez que não é possível diagnosticar de forma definitiva um campo de pesquisa a partir de um recorte empírico e temporal restrito. Trata-se, aqui, de um exercício bibliométrico com caráter exploratório, que consideramos representativo por estar baseado em dois dos maiores congressos científicos da área – Intercom e Compós – cujos anais têm expressiva circulação e impacto na consolidação de agendas temáticas. Ainda assim, reconhecemos a necessidade de ampliação da análise, tanto em termos temporais quanto de abrangência de fontes.

Um olhar bibliométrico voltado para periódicos acadêmicos especializados certamente revelaria uma presença mais ampla de estudos que articulam rádio e questões étnico-raciais. Contudo, mesmo nesses espaços, a produção permanece numericamente restrita, sobretudo quando comparada ao volume de pesquisas centradas em abordagens técnicas, institucionais ou mercadológicas. Por isso, reforçamos a importância de fomentar e consolidar um campo crítico que reconheça a centralidade da racialidade como dimensão constitutiva da comunicação sonora no Brasil.

Um possível contra-argumento ao diagnóstico apresentado seria a existência, nos próprios eventos analisados, de Grupos de Trabalho e Grupos de Pesquisa dedicados especificamente às questões étnico-raciais, como os GTs sobre raça, pensamento afrodiáspórico, interseccionalidades e comunicação. Embora esses espaços sejam fundamentais para o fortalecimento de epistemologias negras e decoloniais e operem como lugar de resistência e afirmação, é preciso problematizar a expectativa de que produções sobre raça devam se restringir exclusivamente a esses circuitos. Tal expectativa, ainda que não explicitada, retroalimenta lógicas de segmentação e racismo epistemológico, na medida em que separa os debates sobre racialidade dos demais campos temáticos da Comunicação.

Defendemos, ao contrário, que essas discussões precisam circular

também nos grupos voltados às mídias sonoras, audiovisuais, digitais, ao jornalismo, às tecnologias, teorias e às metodologias, de modo a tensionar a normatividade dos referenciais e a ampliar os interlocutores acadêmicos. A transversalização da perspectiva racial e interseccional nos estudos radiofônicos é, portanto, não apenas desejável, mas *necessária* para romper com a ideia de que determinadas vozes e saberes pertencem apenas às margens institucionais do campo científico.

Diante desse cenário, defendemos a valorização de arquivos de memória, histórias orais, produções periféricas e iniciativas comunitárias como formas legítimas de construir outra historiografia mais plural, mais justa, mais comprometida com os sujeitos históricos que foram silenciados. Também destacamos a importância de reformular as práticas acadêmicas, desde a formulação de editais e chamadas de pesquisa até a ocupação de espaços por pesquisadoras e pesquisadores negros.

Em periódicos especializados, como as revistas *Radiofonias* e *Mediações*, observa-se um espaço mais consolidado para discussões que articulam questões raciais e rádio, permitindo o aprofundamento teórico e analítico dessas temáticas. No entanto, a presença ainda tímida desses debates em eventos científicos, como congressos e encontros acadêmicos, limita a circulação de ideias, a interlocução entre pesquisadores e a visibilidade de estudos que tensionam o epistemicídio presente no campo da Comunicação.

Ampliar a quantidade de trabalhos sobre raça e rádio em congressos é, assim, fundamental para promover o intercâmbio entre diferentes olhares, fortalecer redes de pesquisa e estimular abordagens interseccionais desde as fases iniciais da produção acadêmica. Nesse sentido, perspectivas de trabalhos futuros incluem a realização de estudos bibliométricos em periódicos da área, com o objetivo de mapear a produção existente, identificar lacunas e potencializar agendas de pesquisa comprometidas com a justiça epistêmica (SMITH, 2018).

Em um tempo em que a linguagem do rádio se expande nos *streamings* e

nas redes sociais digitais, a oportunidade de reescrever sua história também se renova. Que essa reescrita não seja apenas uma ampliação do cânone, mas uma ruptura com as estruturas que sustentaram o silenciamento. Que ela seja feita com escuta, com memória, com corpo, com afeto, subjetividade e, sobretudo, com compromisso com a reexistência das vozes negras que sempre estiveram aqui.

"(...) A subalterna não pode, de fato, falar. Ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve" (KILOMBA, 2020, p.47). A provocação da autora evidencia como o silêncio imposto às vozes negras não é natural, mas um produto de sistemas de dominação colonial e racial. A impossibilidade da fala, nesse contexto, não se refere à ausência de voz, mas à negação de reconhecimento, escuta e legitimidade.

No campo radiofônico, a subalterna fala, grita, canta, pauta, pesquisa, produz, apresenta, escreve e narra, mas sua voz é, muitas vezes, filtrada, editada ou simplesmente ignorada pelos dispositivos de poder que definem o que merece ser ouvido, pesquisado e registrado. Nos novos modos de produção sonora, é preciso romper com essa estrutura silenciadora, reconhecendo o rádio como espaço também racializado, da luta antirracista e reabrindo os canais para escutar o que foi sistematicamente silenciado.

Enegrecer os estudos radiofônicos, como propõe este trabalho, é mais do que uma metáfora: é uma convocação ética e política para deslocar os alicerces do campo, reorientar suas escutas e reorganizar suas prioridades epistemológicas. É reconhecer que a produção de conhecimento em Comunicação não está dissociada das estruturas de poder que moldam quem fala, quem escuta e quem é autorizado a significar.

Frente ao epistemicídio que marca a produção de conhecimento no Brasil e ao silenciamento sistemático das vozes negras, torna-se urgente escutar com radicalidade, como quem assume a escuta como um ato de insurgência. A escuta decolonial aqui defendida propõe exatamente isso: o enfrentamento às lógicas

que nos fizeram ouvir apenas uma parte da história. Enegrecer os estudos radiofônicos é, assim, abrir espaço para que outras histórias, saberes e sonoridades não apenas entrem na sala, mas tomem o centro do debate, com toda a força e legitimidade que lhes é devida.

Referências

ASANTE, Molefi K. **Afrocentricity: The theory of social change**. Buffalo, NY: Amulefi, 1980.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTERS (ABPOD). **PodPesquisa 2024/2025: perfil do público, produtores e produtoras de podcasts no Brasil**. São Paulo: ABPOD, 2024. Disponível em: https://abpod.org/wp-content/uploads/2024/10/PodPesquisa_2024_2025FINAL-1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

BONIN, Jiani Adriana. **Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 37, p. 122–129, dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/4809/3613>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Allii; Brasília: ABPN, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAROLINE, Joselaine; DEUS, Valesca Silva de. **Não vejo, não ouço e não falo: apontamentos sobre a (não) presença das mulheres negras no rádio**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 1–18, set./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1064/975>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CASWELL, Michelle. **Urgent Archives**. 1. ed. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. 9. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, São Paulo, p. 223–244, 1984.

hooks, bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria e prática.** São Paulo: Elefante, 2020.

hooks, bell. **Irmãs do inhamé: mulheres negras e autorrecuperação.** 1 ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de Racismo Cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; MATOS, Cristiana Martins de; HANG, Lorena. **Por uma historiografia do rádio universitário no Brasil.** Revista Brasileira de História da Mídia, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6200>. Acesso em: 15 abr. 2025.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Cultura do Podcast: reconfigurações do rádio expandido.** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

LOPES, Maria Immacolata V. **O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas.** Revista Famecos. Porto Alegre, n.30,p.16-30, ago. 2006.

LOPEZ, Debora Cristina; BETTI, Juliana Cristina Gobbi; FREIRE, Marcelo. **Epistemologias dos Estudos Radiofônicos: construir a pesquisa com lentes plurais.** In: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. Anais eletrônicos, Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/epistemologias-dos-estudos-radiofonicos-construir-a-pesquisa-com-lentes-plurais?lang=pt-br>. Acesso em: 03 Abr. 2025.

LOPEZ, Debora Cristina; OLIVEIRA-LOPES, Vitor Hugo de. **Análise de discurso sonoro: uma proposta metodológica.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Itajaí. Anais. São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/071520240929476695163b57e3f.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MEDITSCH, E.B.V. **O Rádio na Era da Informação.** Florianópolis: EdUFSC/Insular, 2001.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias globais/projetos locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREIRA, Cláudia da Consolação; POPP, Tadiane Regina; SIQUEIRA, Aline Wendpap Nunes de. **Mapeamento da produção do GP de Rádio e Mídia Sonora da Intercom dos últimos dez anos.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: 47., 2024, Itajaí. Anais. São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/17/1007202423413667049be0cf674.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

MUSTAFÁ, Izani; FRAGA, Kátia; BRITO, Nayane. **Trajetória das pesquisadoras do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom no rádio.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Itajaí. Anais. São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0813202313224664d90356

[547c1.pdf](#). Acesso em: 02 abr. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista Contexto Latino-Americano: revista de estudos sociais, v. 1, n. 1, p. 22–30, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Loyola, 2002.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WALSH, Catherine. Introducción – (Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005. p. 13–35.

WERNECK, Jurema. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Macacas de auditório**. São Paulo, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/macacas-de-auditorio/>. Acesso em: 22 abr. 2025.